

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL n. 0007208-13.2007.8.05.0022.1.EDCiv Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma EMBARGANTE: Rogério Cícero Moreira Advogado (s): MILTON SOUZA GOMES EMBARGADO: Ministério Público do Estado da Bahia Advogado (s): ACÓRDÃO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. VÍCIOS NÃO VERIFICADOS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. REJEIÇÃO QUE SE IMPÕE. 1. Nos termos do artigo 619, do CPP, e, subsidiariamente art. 1.022, do CPC, cabem Embargos de Declaração quando houver, na sentença ou acórdão, obscuridade, contradição, quando for omitido ponto sobre o qual devia ter se pronunciado o Juiz ou Tribunal ou para corrigir erro material. Trata-se de recurso de fundamentação vinculada, o que significa dizer que só pode ser interposto nas expensas situações previstas em Lei. 2. In casu, alega o Embargante a existência de contradição entre o acórdão guerreado e a prova dos autos, aduzindo que não há elementos que apontem o seu envolvimento na empreitada criminosa, bem como restou omissa em relação à aplicação da minorante descrita no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. 3. Conforme se observa, inexistem vícios a serem sanados na decisão impugnada, cingindo-se o presente inconformismo à discussão da matéria já analisada e decidida pela Turma Julgadora. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS e REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os Embargos de Declaração nº 0007208-13.2007.8.05.0022.1, da Comarca de Barreiras, sendo Embargante ROGÉRIO CÍCERO MOREIRA, e Embargado o, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em CONHECER e REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, na forma do voto da Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Rejeitado Por Unanimidade Salvador, 26 de Setembro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL n. 0007208-13.2007.8.05.0022.1.EDCiv Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma EMBARGANTE: Rogério Cícero Moreira Advogado (s): MILTON SOUZA GOMES EMBARGADO: Ministério Público do Estado da Bahia Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por ROGÉRIO CÍCERO MOREIRA, em face do acórdão que deu provimento ao Apelo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, reformando a sentença absolutória prolatada pelo Juízo da 1ª Vara criminal da comarca de Barreiras, para condenar o Recorrente à pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos e 03 (três) meses de reclusão, e pagamento de 610 (seiscentos e dez) dias-multa, pela prática da conduta descrita no art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Ao arrazoar, apontou a existência de vício no acórdão, argumentando que inexistem provas judicializadas que apontem a sua autoria na prática delitiva, mostrando-se o julgamento contrário à prova dos autos, pleiteando a absolvição. Sustentou a ocorrência de omissão no que tange ao enfrentamento da incidência da minorante do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006), registrando que tal vício comprometeu a dosimetria da pena, ocasionando graves prejuízos ao Embargante, devendo, portanto ser revisto. Por fim, prequestionou dispositivos citados no recurso e requereu o acolhimento dos Aclaratórios para que tenha os efeitos infringentes pleiteados. Instada, a douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pela rejeição dos Embargos de Declaração (evento 33004013). É o Relatório. Salvador/BA, 16 de

setembro de 2022. Desa. Aracy Lima Borges – 1ª Câmara Crime 1ª Turma
Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
CÍVEL n. 0007208-13.2007.8.05.0022.1.EDCiv Órgão Julgador: Primeira
Câmara Criminal 1ª Turma EMBARGANTE: Rogério Cícero Moreira Advogado
(s): MILTON SOUZA GOMES EMBARGADO: Ministério Público do Estado da
Bahia Advogado (s): ALB/04 VOTO Presentes os pressupostos
de admissibilidade, conheço dos presentes Aclaratórios, por serem próprios
e tempestivos. Nos termos do artigo 619, do CPP, e, subsidiariamente
art. 1.022, do CPC, cabem Embargos de Declaração quando houver, na
sentença ou acórdão, obscuridade, contradição, quando for omitido ponto
sobre o qual devia ter se pronunciado o Juiz ou Tribunal ou para corrigir
erro material. Trata-se de recurso de fundamentação vinculada, o que
significa dizer que só pode ser interposto nas expressas situações
previstas em Lei. In casu, alega o Embargante a existência de
contradição entre o acórdão guerreado e a prova dos autos, aduzindo que
não há elementos que apontem o seu envolvimento na empreitada criminosa,
além de declarações extrajudiciais prestadas por um corréu. Cumpre
registrar, que a contradição que autoriza o manejo dos embargos de
declaração é a interna, e não entre decisões diversas ou entre decisão e
provas. Nesse sentido: A contradição que autoriza a oposição de
embargos declaratórios é apenas aquela que surge dentro do próprio texto
embargado, isto é, a contradição interna, entre a fundamentação e o
dispositivo ou entre fragmentos da própria decisão.” (Rcl 31689 ED-AgR-ED,
Relator (a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 15/12/2020, PROCESSO
ELETRÔNICO DJe-001 DIVULG 07-01-2021 PUBLIC 08-01-2021). Conforme se
observa, inexistem vícios a serem sanados na decisão impugnada, cingindo-
se o presente inconformismo à discussão da matéria já analisada e decidida
pela Turma Julgadora. Sobre o tema, o seguinte aresto do STJ:
PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM
RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, TODOS OS
FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ E ART. 1.021, § 1º, DO
CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA
VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS INEXISTENTES. INCONFORMISMO.
REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I. Embargos de Declaração opostos a
acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça,
publicado em 29/11/2021. II. O voto condutor do acórdão embargado apreciou
fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões
necessárias à solução da controvérsia, não conhecendo do Agravo interno,
em razão da incidência da Súmula 182/STJ. III. Inexistindo, no acórdão
embargado, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos
do art. 1.022 do CPC vigente, não merecem ser acolhidos os Embargos de
Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo da parte embargante
com as conclusões do decisum. IV. Embargos de Declaração rejeitados. (STJ
– EDcl no AgInt no AREsp: 1872023 SP 2021/0104589-0, Relator: Ministra
ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 28/03/2022, T2 – SEGUNDA TURMA,
Data de Publicação: DJe 30/03/2022) No caso em exame, as razões do
Acórdão atacado são claríssimas, não se configurando qualquer contradição
o fato de ser divergente da tese defendida pelo Embargante. Por outro
ponto, afirma o Recorrente que o acórdão embargado restou omissa em
relação à aplicação da minorante descrita no art. 33, § 4º, da Lei nº
11.343/2006. Registre-se, que em se tratando de recurso exclusivo do
Órgão Ministerial, sob pena de ofensa ao princípio do tantum devolutum
quantum appellatum, o julgamento limita-se à matéria que foi impugnada na

peça recursal, visto que as questões não arguidas encontram-se preclusas. De todo modo, a alegação defensiva não merece acolhimento, uma vez que, de forma expressa, o acórdão hostilizado afastou a incidência da referida causa de diminuição, nos seguintes termos: "Para a aplicação da causa especial de diminuição de pena, devem estar configurados os requisitos dispostos no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei Anti-Drogas, que tem a seguinte redação: "Nos delitos definidos no caput e no 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa." Na espécie, entendo que não se deve reconhecer em favor do Apelado a referida causa de diminuição de pena, diante da quantidade da droga apreendida." Assim, repita-se, os declaratórios, não se prestam para reexaminar matéria já devidamente enfrentada pela decisão embargada, porquanto só devam ser admitidos para que o juiz ou tribunal emita um provimento integrativo-retificador, visando a colmatagem de lacuna, a harmonia lógica de contradições, a correção de ambiguidade ou o esclarecimento de obscuridade. Por fim, registre-se ser entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a condenação. Ante o exposto, na esteira do parecer ministerial voto pela REJEIÇÃO dos Embargos de Declaração. Desa. Aracy Lima Borges – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relatora